



O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E AS CARTAS PATRIMONIAIS: CONSIDERAÇÕES ÀS TEORIAS CLÁSSICAS DA CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO

SILVA, Ronaldo André Rodrigues da
ronaldoandre@gmail.com

RESUMO

O conceito de patrimônio industrial tem buscado se afirmar no Brasil como uma importante área de preservação e conservação da história e da memória da cultura material. Atualmente, encontra-se aplicado às diversas interpretações e diferentes formas de representatividade da cultura, do patrimônio cultural. Desde elementos da cultura local e nacional ao reconhecimento por órgãos internacionais de preservação do patrimônio, como a UNESCO, observa-se uma ampliação do leque de elementos representativos das múltiplas culturas dos diversos povos. Dessa forma, o presente trabalho busca trazer algumas considerações acerca das relações existentes entre as teorias clássicas da conservação e restauração que tratam os conceitos e as cartas patrimoniais aplicadas ao patrimônio industrial, a partir dos valores relativos aos monumentos de Alois Riegl e dos princípios fundamentais da restauração de Camillo Boito. Tem-se, assim, uma análise preliminar de como tais conceitos e definições podem estar relacionados aos elementos de patrimônio industrial.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Industrial, Cartas Patrimoniais, Conservação, Restauração.

O PATRIMÔNIO CULTURAL E SUA MULTIDISCIPLINARIDADE

O conceito de patrimônio cultural tem sido recentemente ampliado, sendo agregada ao conceito tradicional a patrimonialidade material e imaterial e pensadas a natureza e a diversidade como fatores preponderantes ao seu conteúdo. Tais fatores determinam uma ampliação na percepção do conceito que leva a uma desconstrução e reconstrução dos parâmetros até então utilizados, pois são necessários novos olhares para o entendimento da abrangência. A necessidade de inclusão de aspectos que envolvam a identidade e identificação dos grupos sociais a que pertencem os elementos patrimoniais, torna-se necessário avaliar como a tradição, os costumes, as mudanças culturais interferem na percepção desses elementos e desenvolvem a memória e a história dos lugares a que pertencem, das comunidades que os delimitam e a sua identidade social. (Castriota, 2009).

As diferentes relações estabelecidas com o tempo e com o espaço determinam as mudanças nas percepções entre as tradições e sua importância para a construção das diversas identidades – individuais e coletivas. Os novos modelos patrimoniais e culturais redefinem essas identidades e levam à identificação de elementos que tendem a contribuir para uma nova relação entre passado-presente-futuro, entre memória-história e entre indivíduo-coletividade.

A inclusão de parâmetros ‘novos’ ao conceito de patrimônio tem procurado aproximar ainda mais os temas correlacionados à condição dos elementos considerados essenciais à memória e à história de lugares e grupos sociais. As questões relacionadas à monumentalidade, à particularidade e à identidade têm sido redefinidas ou reconstruídas segundo o entendimento de diversos grupos envolvidos, direta e indiretamente, que se consideram responsáveis pela preservação e conservação de determinado patrimônio, mas principalmente por sua memória e identidade, seja individual ou coletiva. Com tais referências reconstruídas, as oportunidades para se discutir e incluir o patrimônio industrial dentre aqueles considerados como patrimônios culturais tem permitido amplas discussões.

Outra questão relativa ao patrimônio cultural e à construção de seu conceito refere-se às relações estabelecidas com o contexto urbano, com a comunidade, ou seja, a

sociedade em que se encontra inserido. A partir da dinâmica estabelecida para as relações sociais entre o contexto social e o contexto estrutural urbano que a compõe tem-se, em particular, a relação construída quanto ao entendimento do conceito dos monumentos que se fazem presentes e se descobrem na medida em que determinam uma relação de compreensão entre a formação da sociedade e o monumento. Essa necessidade de representatividade se faz segundo a relação de pertencimento e de identidade criadas.

Dessa forma Choay (2011) apresenta o conceito de patrimônio histórico o qual compreende

[...] um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos. (p. 11)

Esta apresentação do conceito trata o patrimônio como algo representativo da comunidade em geral e que a ela se determina por uma relação de identidade e identificação. Dessa forma, os diversos sentidos dados ao patrimônio e sua diversidade de representações significa uma representação de certa hereditariedade social, ao mesmo tempo síncrona (a partir dos diversos significados que compreende segundo a memória e a história reveladas por ele) e assíncrona (pois se revela segunda as interpretações subsequentes determinadas pelo tempo futuro em relação aos significados e signos que toma ao longo do tempo).

Torna-se necessário diferenciar o patrimônio histórico, que se constrói a partir da identificação três grandes categorias – remanescentes da Antiguidade, edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos. Posteriormente incluem-se as diversas formas da arte de construir, eruditas e populares, urbanas e rurais, todas as categorias de edifícios, públicos e privados, suntuários e utilitários, também denominados de arquitetura menor, arquitetura vernacular e arquitetura industrial. (Choay, 2011).

Percebe-se, com isso, que os conceitos desenvolvidos para descrever patrimônio se ampliam, sendo agregados ao conceito tradicional e atrelados à patrimonialidade

material e pensado a partir de sua natureza e diversidade. Além das novas formas de 'pensar' o patrimônio emergem também com maior intensidade o patrimônio imaterial e o patrimônio intangível.

Complementarmente, Argan (1992) apresenta tal mudança na interpretação do patrimônio em função de novas interpretações dos monumentos urbanos, principalmente no que se refere à transformação de uma anterior razão comemorativa e didática, para posteriormente, e na atualidade, passar a uma transformação social. A busca por uma representação da cultura de massa que se concilia com a historicidade torna-se diferenciada daquela anteriormente construída a partir de uma perspectiva ideológica a partir de premissas anteriormente dadas.

A dinâmica proposta ao entendimento do conceito de monumento histórico recai então em sua constante mudança de perspectivas de interpretação, pois as mesmas ocorrem a partir do olhar e da percepção de indivíduos ou grupos acerca de seu significado ou sua significância. As diversas representações e interpretações dadas ao patrimônio se tornam resultado da história do lugar, da cultura do lugar e da memória do lugar. Para Argan (1992), a cristalização e a manifestações da história das cidades ocorre a partir das mudanças por elas sofridas e provocadas ao longo do tempo e cuja essência não compreende leis evolutivas, mas características antagônicas baseadas em tendências inovadoras e ao mesmo tempo conservadoras.

A contrapartida entre inovação e conservadorismo afeta a condição do patrimônio pois, em busca da modernidade, da inovação, do desenvolvimento e da "novidade", muitas vezes se tem uma destruição construtiva e de modernização que, em nome do progresso técnico e social, da melhoria de condições de vida, da higienização e da qualidade de vida se determina a substituição de alguns elementos patrimoniais por outros edifícios ou equipamentos sociais que proporcionaram uma vida melhor. (Choay, 2011).

Em favor de sua conservação e preservação, há vozes dissonantes que diante das constantes ameaças, permitem desenvolver uma consciência quanto ao valor científico, estético, memorial, social e urbano dos diversos elementos que representam a sociedade moderna, e a sociedade industrial avançada. Essa

possibilidade de interpretação do patrimônio, a partir da sua capacidade de representar os mais diversos grupos, de recorrer à cultura de massa como identidade do “lugar do outro”, do “outro lugar” ou mesmo do “não-lugar”. A capacidade de interpretar o monumento segundo a informação por ele repassada ao outro, criando-lhe uma identificação e até mesmo uma identidade, determina uma transformação do próprio elemento e do espaço que ele ocupa e o circunda.

A transposição do monumento por vezes distorce e mesmo o destitui de seu significado de memória e história, sendo por vezes não reconhecido como monumento, por sua não-representação. Deve-se, portanto, questionar os reais valores e significados dos diversos monumentos históricos, sua representatividade social, cultural, histórica e de memória. Argan (1992) apresenta questionamentos acerca dos significados dados e concebidos aos novos espaços culturais cujo conjunto de informações e interpretações por vezes podem definir desde seu real valor histórico e de significação, ou mesmo sua banalização. O processo definidor de monumentalização do espaço ou dos elementos que o compõem deve procurar não perder de vista os signos e significados que esse tem para com aqueles que o percebem como referência de memória e de história. Ao mesmo tempo busca-se identificar as possíveis causas para um possível esvaziamento do significado cultural e mesmo identificar os motivos que levaram a tal situação.

As possíveis reflexões vindas a partir dos monumentos e dos monumentos históricos devem, de maneira geral, possibilitar uma autonomia disciplinar que permitir construir e reconstruir significados que permitam definir uma dinâmica contínua a sua existência. Entretanto, Argan (1992) apresenta uma certa dificuldade na relação estabelecida entre o “antigo” e o “novo”, entre os elementos significantes do passado e os elementos do presente e do futuro. Assim, um entendimento dos monumentos e monumentos históricos como elementos carregados de signos e significados, muitas vezes se define pelos grupos e sociedades que os identifica e que lhes propõe uma forma de comunicação e integração com o passado, a partir da memória e da história. Ao mesmo tempo, os processos de comunicação definem uma fluidez e transitoriedade da sociedade contemporânea, em que as constantes e sequenciais mudanças em todos os processos moldam e definem uma cultura “nômade e camaleônica”. Tal dicotomia na interpretação dos monumentos leva a “um grande

problema cultural da arquitetura moderna ... a reanimação dos centros históricos, que não se podem condenar a uma existência puramente de museu". (Argan, 1992, p. 249).

Uma possível resposta a tal problema constitui na definição de um papel político e social do patrimônio cultural, que segundo Argan (1992) se define a partir da função do arquiteto (atualmente definida pelos responsáveis pelo patrimônio cultural, local ou nacional) em que se compreende a cidade como

[...] uma entidade histórica absolutamente unitária, e uma das grandes tarefas culturais... é resgatar as periferias de uma condição de inferioridade ou até mesmo de semicidadania. E isso só se pode conseguir estabelecendo em toda a cidade uma circulação cultural, uniforme que a torne, realmente, um sistema de informação. (p. 249-250).

A unicidade de reconhecimento dos monumentos passa pela construção de seus diferentes significados a partir das interpretações dos grupos que os percebem. Não se pode deixar de incluir quaisquer que sejam os grupos envolvidos no processo de construção de seu significado, mas deve-se fazê-lo segundo uma dinâmica de reconhecimento do mesmo a partir do momento atual vivido e do passado por ele significado a partir de reminiscências da memória e da história por ele representados.

O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E A ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL

As origens do conceito de patrimônio industrial remontam a meados do século XIX, quando se expande a revolução Industrial e se desenvolvem a partir do grande número de equipamentos e acessórios industriais que constituem a evolução de diversas áreas do conhecimento, dentre elas a hidráulica e a eletromecânica, bem como as áreas industriais como têxteis, metalurgia e siderurgia. Antes dos anos 50 do século XX, as referências à expressão vinculavam-se à necessidade de identificação, preservação e conservação do patrimônio industrial britânico a partir das estruturas, artefatos e lugares que poderiam identificar o passado econômico e as atividades sociais a ele relacionadas.

Dentre os precursores se tem o português Francisco de Sousa Viterbo que publicou em 1896 o artigo “Arqueologia Industrial Portuguesa: Os Moinhos” e dos primeiros a utilizar a expressão “arqueologia industrial”, que fez dela uma nova disciplina para pesquisadores em relação aos restos e remanescentes do passado das atividades industriais, memórias das pessoas, das técnicas e da tecnologia.

Entretanto, uma análise histórica quanto ao desenvolvimento do termo considera como marco o trabalho de Michel Rix que institucionaliza o campo nos anos 50 do século XX, quando o termo arqueologia industrial foi popularizado, apesar de suas origens se apresentarem ao final do século XIX. Uma cronologia do termo que traz a sua evolução ao longo dos séculos XX e XXI está representada na figura 1 a seguir.

1896	1950's	1955	1963	1992	1998	
ARTIGO	AULAS	ARTIGO	LIVRO	LIVRO	LIVRO	
"ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL PORTUGUESA: OS MOINHOS", DE FRANCISCO DE SOUZA VITERBO, PUBLICADO EM "O ARQUEÓLOGO PORTUGUÊS", VOL. II, N.º 8-9.	O TERMO "ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL" MEIO ACADÊMICO: MR. DONALD DUDLEY, DIRETOR OF THE EXTRA-MURAL DEPARTMENT OF THE UNIVERSITY BIRGMINHAM.	"THE AMATEUR HISTORIAN", BY MICHAEL RIX, (TEACHING WITH THE WORKERS EDUCATIONAL ASSOCIATION) AT BIRMINGHAM UNIVERSITY	"INDUSTRIAL ARCHAEOLOGY: AN INTRODUCTION". AUTHOR, KENNETH HUDSON. PUBLISHER, J. BAKER, 1963. ORIGINAL FROM, THE UNIVERSITY OF MICHIGAN.	"THE BLACKWELL ENCYCLOPAEDIA OF INDUSTRIAL ARCHAEOLOGY". BARRIE TRINDER, LONDRES, BLACKWELL,.	"INDUSTRIAL ARCHAEOLOGY: PRINCIPLES AND PRACTICE". PALMER, MARILYN; NEAVERSON, PETER. LONDRES: ROUTLEDGE.	
1968	1971	1973	1978	2003	2004	2011
INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE HISTORY OF TECHNOLOGY (ICOHTFC)	SOCIETY FOR INDUSTRIAL ARCHEOLOGY (SIA)	ASSOCIATION FOR INDUSTRIAL ARCHAEOLOGY (AIA) / I CONFERÊNCIA INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL	THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE (TICCIH)	CARTA DE NIZHNY TAGIL – PRINCÍPIOS DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL (TICCIH)	COMITÊ BRASILEIRO PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL (TICCIH-BRASIL)	PRINCIPLES OF DUBLIN – PRINCIPLES FOR THE CONSERVATION OF INDUSTRIAL HERITAGE SITES, STRUCTURES, AREAS AND LANDSCAPES (ICOMOS/TICCIH)

Figura 01 – Cronologia dos Termos Arqueologia Industrial e Patrimônio Industrial
Fonte: Rodrigues da Silva, 2017

Com isso, o termo patrimônio industrial passa a ser aceito somente na década de 60 do século XX como área específica de estudos em que não havia uma preocupação centrada no patrimônio material, mas, também, nas reminiscências das sociedades industriais, que considerava parâmetros sociais e culturais da sociedade. (Hudson, 1965; Minchinton, 1983, Palmer e Neaverson, 1998; Trinder, 1992).

Em 2003, através da Carta de Nizhny, o TICCIH (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage) construiu conceitos de patrimônio industrial e arqueologia industrial os quais abarcavam o seguinte conteúdo:

O **patrimônio industrial** compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refino, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.

A **arqueologia industrial** é um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefatos, a estratigrafia e as estruturas, os assentamentos humanos e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou pelos processos industriais. A arqueologia industrial utiliza os métodos de investigação e pesquisa mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial. (TICCIH, 2003)

Estes conceitos e demais princípios relacionados ao patrimônio industrial foram reafirmados na 17ª Assembleia Geral do ICOMOS (International Council of Monuments and Sites) em novembro de 2011, ao se estabelecer os Princípios de Dublin, que definem parâmetros para documentar e compreender as estruturas de patrimônio industrial, bem como os sítios, áreas e paisagens industriais que incluem os diversos valores sociais e culturais.

Houve também a proposição em assegurar uma proteção eficaz e a conservação dos elementos de patrimônio industrial, sua conservação e manutenção; e apresentar e comunicar as dimensões e valores patrimoniais das estruturas industriais e seu entorno com o propósito de incentivar e fomentar a consciência pública e corporativa para apoio, formação profissional e pesquisa próprios à preservação do patrimônio industrial.

Pode-se afirmar que o patrimônio industrial possui características peculiares que lhe garantem certa particularidade quando destacado em relação ao patrimônio cultural. A natureza e a escala diferenciadas determinam uma maneira única ao se tratar sua definição e sua identificação e identidade. A classificação de edifícios ou aspectos arquitetônicos não permite abarcar as infinitas possibilidades de identificação do patrimônio industrial, uma vez que se pode considerar que todo o território de influência das organizações – sejam industriais, comerciais ou de serviços, sejam urbanas ou rurais – possui formas de expressão materiais e imateriais que remetem ao patrimônio industrial. Assim, devem ser consideradas as formas de expressão

imateriais, como o *savoir-faire*, a evolução da técnica e da tecnologia que se baseiam em conhecimentos e se apresentam expressas de maneira não-material. (Choay, 2001).

Dentre as diversas possibilidades de patrimonialização dos elementos industriais tem-se múltiplas possibilidades para a sua valorização, desde a revitalização de edifícios industriais, ao reuso de ambientes e paisagens industriais e a utilização de elementos expositivos em ambientes abertos ou áreas externas.

Para estes últimos deve-se observar a necessidade de um plano de conservação e restauração que procure a valorização e preservação desses elementos o que torna necessária a busca por um conjunto de ações e estratégias preocupadas com os agentes de deterioração e, principalmente vinculadas às políticas e estratégias de reconhecimento de possibilidades de expressão do patrimônio industrial e cultural. Deve-se observar a existência de exemplos diversos de recuperação e preservação da história industrial e cultural os quais apresentam como possibilidade o (re)conhecimento de uma época vivida e de seu entorno, além das mudanças sociais e econômicas ocorridas, a evolução das sociedades e demais transformações sociais, expectativas e limitações da sociedade contemporânea.

A TEORIA DA RESTAURAÇÃO E O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

Os conceitos derivados da restauração e da conservação se determinam segundo os processos a serem desenvolvidos a partir do conjunto de decisões e procedimentos empregados em um objeto artístico ou monumento para devolver, de maneira integrada, a integridade estrutural e estética a tal bem cultural. As intervenções realizadas se baseiam na identificação dos processos de deterioração sofridos ao longo do tempo, sejam eles danos naturais, em virtude da ação do tempo e elementos da natureza ou sofridos, sejam por acidente, mau uso, condições de guarda, vandalismo, dentre outros.

A diferenciação entre os conceitos de restauração, conservação e conservação preventiva colocada pela Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores – ABRACOR tem por definições as adotadas pelos membros do ICOM-CC

(International Council of Museums – Committee for Conservation) durante a XVª Conferência Triannual, em Nova Delhi, em 2008.

[...] **Conservação** – todas aquelas medidas ou ações que tenham como objetivo a salvaguarda do patrimônio cultural tangível, assegurando sua acessibilidade às gerações atuais e futuras. A conservação compreende a conservação preventiva, a conservação curativa e a restauração. Todas estas medidas e ações deverão respeitar o significado e as propriedades físicas do bem cultural em questão.

Conservação preventiva – todas aquelas medidas e ações que tenham como objetivo evitar ou minimizar futuras deteriorações ou perdas. Elas são realizadas no contexto ou na área circundante ao bem, ou mais frequentemente em um grupo de bens, seja qual for sua época ou condições. Estas medidas e ações são indiretas – não interferem nos materiais e nas estruturas dos bens. Não modificam sua aparência.

Conservação curativa – todas aquelas ações aplicadas de maneira direta sobre um bem ou um grupo de bens culturais que tenham como objetivo deter os processos danosos presentes ou reforçar a sua estrutura. Estas ações somente se fazem quando os bens se encontram em um estado de fragilidade adiantada ou estão se deteriorando a um ritmo elevado, de tal forma que poderiam perder-se em um tempo relativamente curto. Estas ações às vezes modificam o aspecto dos bens.

Restauração – todas aquelas ações aplicadas de maneira direta a um bem individual e estável, que tenham como objetivo facilitar sua apreciação, compreensão e uso. Estas ações somente se realizam quando o bem perdeu uma parte de seu significado ou função através de alterações passadas. Baseia-se no respeito ao material original. Na maioria dos casos, estas ações modificam o aspecto do bem (ABRACOR, 2010, p. 1-2)

Assim, dentre as possibilidades apresentadas e dentre os teóricos da restauração pode-se aplicar aos elementos de patrimônio industrial, em particular ou de maneira mais generalizada, as ideias colocadas por Kühl (2008), quando realizadas referências às questões de abrangência dos trabalhos de Camillo Boito a partir das formulações de John Ruskin e William Morris. Dentre as questões abordadas, tem-se que a conservação e restauração do objetivo deve estar alicerçada em “*um grande respeito pela matéria original, pelas marcas da passagem do tempo na obra, aconselhando manutenções periódicas, mas admitindo a possibilidade de ‘morte’ de uma dada edificação*” (Kühl, p. 17, 2008).

A possível lógica de conservação, ou não, do monumento ou da obra de arte, segue, segundo Boito uma possibilidade denominada “lógica impiedosa” que consiste no fato de não-intervir, ou seja, sob a impossibilidade de conservar o objeto em suas características e funções, resta ao conservador-restaurador buscar preservá-lo

segundo sua memória e sua história. A inevitabilidade de destruição ou deterioração contínua, como ocorrida em obras ao ar livre, a ‘morte natural’ ou degradação natural deve ser preservada. Entenda-se por degradação a “*mudança do estado material em comparação com seu estado original, esta perda implica a alteração dos atributos de valor, estéticos, científicos, históricos e simbólicos, para além da perda dos atributos materiais*” (Souza e Froner, p. 10, 2008).

Tem-se ainda, segundo Riegl (2013), que as obras de arte têm em si mesmas os significados da passagem do tempo e suas implicações não somente em relação às concepções de evolução artística e tecnológica, quanto às técnicas e materiais aplicados. A importância histórica abrange a noção de evolução que compreende uma sequência de acontecimentos em que se busca conservar testemunhos de saberes e objetos, direta ou indiretamente, sequenciados cronologicamente os quais testemunham o desenvolvimento das atividades humanas.

Ao relacionar as questões históricas às obras de arte o contexto representativo da evolução histórica apresenta-se como parte de uma totalidade dos diversos ramos do conhecimento, o que também ocorre aos elementos artísticos, em particular. Considera-se ainda que ao se retratar o elemento histórico apenas parcialmente, tem-se um conjunto de elementos os quais deveriam trazer uma representatividade do todo, mesmo de maneira minoritária quanto à quantidade de exemplares existentes no passado. Riegl (2013) considera ainda que esse conjunto se trata

[...] de elementos tão pouco significativos que, em milhares de casos semelhantes, os abandonamos sem lhes prestarmos qualquer atenção, dado que possuímos em número suficiente outros monumentos que nos comunicam de modo mais pormenorizado mais ou menos o mesmo. Mas, se o referido recorte fosse o único testemunho conservado da criação artística do seu tempo, teríamos de o considerar, apesar da sua pobreza, como um monumento artístico indispensável.

O elemento artístico que nele encontramos, porém, interessa-nos, em primeiro lugar, somente de um ponto de vista histórico: o monumento surge-nos como um elo indispensável na cadeia evolutiva da história da arte” (p. 11)

Segue-se às relações estabelecidas entre o contexto histórico e o artístico referem-se, de maneira objetiva, às interpretações estéticas e de intencionalidade artística. As referências desenvolvidas segundo materiais e técnicas adotadas para a obra de

arte se somam às referências ao passado, à memória de referência quanto à sua concepção. Dessa maneira, tem-se definidos por Riegl (2013) os conceitos de valores relativos aos monumentos que estão apresentados no quadro 1 a seguir.

VALOR	CONCEITOS
1. VALOR DE MEMÓRIA	relaciona o passado-presente histórico e evolutivo de técnicas e elementos artísticos.
a. Valor de antiguidade	compreende a percepção de uma continuidade histórica e temporal sobre o monumento a partir de sua ação sobre o conteúdo e verificação dos efeitos sobre suas partes (função cronológica).
b. Valor histórico	representa as características percebidas no momento da ação humana para a sua criação, segundo a evolução de técnicas e materiais a ele associadas (função histórico-evolutiva).
c. Valor de memória intencional	busca tornar presente, a memória e temporalidade de um momento histórico-evolutivo passado (função histórico-“presentificada”)
2. VALOR DE ATUALIDADE	relaciona o presente-futuro das técnicas e elementos artísticos.
a. Valor de uso	relação do objeto / monumento em si a sua função, utilidade e objetivo diante do contexto em que se encontra (função formal)
b. Valor artístico	compõe-se da materialidade e funcionalidade do objeto / monumento.
b.1. Valor de novidade	estabelece-se a partir de características estabelecidas segundo o conceito de ineditismo estético-material-funcional. (função integridade-completude-unidade)
b.2. Valor artístico relativo	relaciona os materiais e técnicas empregados no monumento, a concepção estética-formal e a memória histórica nele contidas (função objetiva-subjetiva).

Quadro 1 – Valores Relativos aos Monumentos
 Fonte: Adaptado de Riegl (2013)

Dessa maneira, tem-se aplicada a teoria do restauro ao patrimônio industrial aos equipamentos e máquinas, os quais têm, por natureza, uma função produtiva, que dever ser preservada, seu uso e função produtivos a fim de que possam ser identificadas as referências do tempo ao seu uso e as atividades produtivas que o definem. Complementarmente, a partir dos princípios apresentados por Boito (2008), uma comparação às possíveis posturas e ações a serem observadas na intervenção de objetos de arte ou monumentos históricos. Tais parâmetros podem ser observados em relação aos princípios a serem adotados na intervenção de monumentos ou objetos que estejam vinculados à história social e econômica do lugar, como aqueles que se encontram ao ar livre. Tem-se ainda que a relação existente entre o profissional e a obra a ser restaurada encontra-se além das funções profissionais ou históricas. O fato de entender a obra em sua plenitude e extrapolar o campo da atividade de restauração tornam-se elementos essenciais

para se compreender o objeto e nele intervir, ou seja, “para bem restaurar é necessário amar e entender o monumento, seja estátua, quadro ou edifício, sobre o qual se trabalha, e do mesmo modo para a arte antiga em geral”. (Boito, p. 31, 2008). As relações observadas em decorrência dos princípios estão colocadas no quadro 2 a seguir:

PRINCÍPIO	APLICAÇÃO
1. Ênfase no valor documental	A possibilidade de se intervir de maneira curativa permite desenvolver a expressão consolidar a reparar, reparar a restaurar.
2. Evitar acréscimos e renovações	A observância do estado atual e da ação do tempo em decorrência dos tempos de uso e tempo de exposição.
3. Complementos de partes deterioradas ou faltantes	Se necessários, diferenciados aos elementos originais e realizados de maneira simplificada.
4. Obras de consolidação	Limitadas ao estritamente necessário com a finalidade de evitar a perda de elementos característicos ou pitorescos.
5. Respeitar as várias fases do monumento	Evitar, o quanto possível, a remoção de elementos e realizá-las somente quando necessárias, respeitada a integridade do objeto.
6. Registro das obras	Documentação das diversas etapas de intervenção, com detalhamento das ações, intenções e suas justificativas.
7. Identificação (lápide)	Apontar a temporalidade das intervenções realizadas.

Quadro 2 – Princípios Fundamentais da Restauração – Camillo Boito
 Fonte: Adaptado de Kühn, p. 21-2, 2008.

Assim, deve-se observar a necessidade de uma atividade baseada em teorias de documentação e metodologia, aliada às conotações de elementos culturais e de memória a fim de que se possa desenvolver uma ação restauradora que preserve tanto as características intrínsecas ao objeto como as extrínsecas a ele incorporadas pela temporalidade.

Dessa maneira, os princípios apresentados por Boito colaboram para a consolidação do campo e determinam, de certa maneira, os princípios da Carta de Veneza, de 1964, que considera a ação do campo da restauração embasada no caráter cultural dos objetos e das obras de arte e da relação existente entre os campos estético e histórico. Tem-se ainda, no contexto dos valores temporais e nos valores definidos como de antiguidade a busca por um equilíbrio entre as intervenções e a memória naturalmente apresentada pelo objeto da passagem do tempo. Para Riegl (2013)

Do ponto de vista do valor de antiguidade, só se deve evitar incondicionalmente uma coisa, a saber, a intervenção arbitrária da mão humana naquilo que se tornou um monumento estabilizado; não pode sofrer nem aumento nem diminuição, nem uma reposição do que foi dissolvido no

decurso do tempo pelas forças naturais nem uma subtração do que de igual modo se acrescentou ao monumento, de tudo o que desfigura a sua forma original e coesa. A pura impressão redentora do perecer natural e regular não pode ser perturbada mediante o acréscimo arbitrariamente enxertado de algo acabado de produzir. (p. 30-1)

Nessa perspectiva pretende-se entender o campo da conservação-restauração como ponto de partida para uma reflexão acerca dos objetos considerados patrimônio cultural, dentre eles aqueles relacionados ao patrimônio industrial e especificamente o objeto de estudo, segundo uma perspectiva histórica e da construção do campo do saber.

Complementarmente tem-se o foco em questões que envolvem o patrimônio cultural industrial, uma vez que uma parte da representatividade da memória e da história cultural e social se encontra inserida em uma ideia de evolução do conceito e conseqüentemente sua ampliação a objetos industriais e elementos da cultura material e imaterial relacionados ao mundo do trabalho que estão considerados como patrimônio cultural.

Esta interpretação do conceito de patrimônio cultural e de patrimônio industrial tem sido considerada nas propostas de legislação e documentação existentes no campo da conservação-restauração, como por exemplo as Cartas Patrimoniais e as propostas de preservação e valorização do patrimônio cultural de diversos órgãos internacionais, como UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*), ICOMOS, ICCROM (*International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property*) e ICOM (*International Council of Museums*) e nacionais – IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus) e IEPHA-MG (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de *Minas Gerais*) – dentre outros.

AS CARTAS PATRIMONIAIS E O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

O TICCIH (2003) apresenta como recomendação os seguintes pontos como essenciais ao desenvolvimento da arqueologia industrial:

[...] promover a cooperação internacional na preservação, a conservação, a investigação, a documentação, a investigação e a apresentação de nossa herança industrial, e promover a educação nestas matérias. Isso inclui os restos físicos do passado industrial, tal como paisagens, de lugares, de estruturas, da planta, do equipamento, dos produtos e de outros acessórios e complementos, como sua documentação, consistindo no material verbal e gráfico, e os expedientes das memórias e das opiniões dos homens e das mulheres que estejam implicados. (TICCIH, 2003).

Nesse contexto, percebe-se que os elementos apresentados como foco da promoção da arqueologia industrial e do patrimônio industrial compreendem tanto elementos materiais como imateriais, tanto elementos móveis, como imóveis. Ao tomar por referência o patrimônio arqueológico pode-se considerar as relações com os princípios apresentados na Carta de Atenas ao observar, segundo FRONER (2001), “*a proteção de sítios históricos e monumentos [...] acentuar questões da restauração como fator primordial à preservação [...] mencionar as atividades arqueológicas como integradas ao processo de preservação*” (p. 208). Essas questões estão também pontudas, para o caso específico da arqueologia industrial na carta de Nizhny Tagil quando recomenda:

A investigação arqueológica de espaços industriais históricos constitui uma técnica fundamental para o seu estudo. Ela deve ser realizada com o mesmo rigor científico e metodológico aplicados em outros períodos históricos ou culturais. (Item 3, § IV) (TICCIH, 2003)

Os sítios ameaçados deverão ser identificados para que possam ser tomadas as medidas apropriadas para reduzir esse risco e facilitar eventuais projetos de restauro e de reutilização (item 3, § VII) (p. 5) (TICCIH, 2003)

Compreende ainda uma preocupação quanto à necessidade de integração profissional de maneira internacional com a finalidade de proporcionar a conservação dos sítios.

A cooperação internacional constitui uma perspectiva particularmente apropriada para a conservação do patrimônio industrial, através de iniciativas coordenadas e compartilhamento de recursos. Deverão ser elaborados critérios compatíveis para relacionar inventários e bases de dados internacionais. (Carta de Nizhny Tagil, item 3, § 10, p. 5)

Assim, uma preocupação com o intercâmbio internacional tem relação com o documento de 1956, a *Recommendation on International Principles Applicable to Archaeological Excavations*, citada por Froner (2001), que considera

a importância da preservação de monumentos e vestígios do passado; convencidos de que esses estudos promovem o entendimento entre as nações; considerando que os governos de cada país devem ser orientados por certos princípios já comprovados e que a partir da regulamentação das escavações de acordo com a jurisdição própria, os princípios básicos soberania podem conviver harmonicamente com a liberdade de entendimento e o livre intercâmbio internacional". (p. 209)

Dessa maneira, percebe-se uma preocupação com o estabelecimento de relações entre Estados determinada a preservar uma documentação e a conservar elementos materiais de um passado industrial que compõem importante parte para construção de uma teoria e prática da arqueologia industrial cuja preocupação central conforma-se à busca das relações sócio-histórico-econômicas. (Bouchenaki, 1999).

Torró (1994) propõe um modelo de preservação e conservação do patrimônio industrial que haja uma inter-relação entre as diversas ciências envolvidas com foco nos processos industriais que se compõem de estudos arqueológicos, documentais ou de diferentes formas de uso de "vestígios" materiais para fins culturais, como por exemplo, aqueles utilizados inclusive como fonte histórica. A Carta de Veneza, de 1964, apresenta uma relação na qual os "*aspectos arquitetônicos dos monumentos parecem ser mais relevantes do que as questões arqueológicas*". (Froner, 2001, p. 211). Diferentemente, a preocupação arqueológica na Carta de Nizhny Tagil tem igualmente uma preocupação com os elementos formais arquitetônicos, sua preservação e conservação ao definir que:

[...] Os critérios de avaliação de edifícios industriais deverão ser definidos e publicados para que o público possa tomar conhecimento de normas racionais e coerentes. Com base numa investigação apropriada, estes critérios deverão ser utilizados para identificar as mais significativas paisagens, complexos industriais, sítios, tipologias de implantação, edifícios, estruturas, máquinas e processos industriais. (item 3, §6, p. 5) (TICCIH, 2003)

Um elemento de interesse ao patrimônio industrial que tem por origem a *Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* (1972), considera,

segundo FRONER (2001, p. 211), “os elementos ou estruturas de caráter arqueológico, que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência”. Analogamente, a Carta de Nizhny Tagil considera que elementos do patrimônio industrial podem ser identificados como

[...] testemunho de atividades que tiveram e que ainda têm profundas consequências históricas. As razões para proteger o patrimônio industrial se baseiam no valor universal daquele testemunho, mais que na singularidade de quaisquer sítios excepcionais. (item 2, § 1, p. 3) (TICCIH, 2003)

Observa-se, então, uma característica ímpar da arqueologia industrial a qual apresenta como elementos patrimoniais, os centros fabris e seus entornos, além das diversas formas de produção organizacional e sistemas de trabalho a elas relacionados. Colabora, assim a um entendimento dos processos industriais e suas implicações em relação à vida do homem cujos elementos de análise estão também colocados na Carta de Nizhny Tagil:

O patrimônio industrial reveste-se de um valor social como parte do registro de vida de homens e mulheres comuns e, como tal, proporciona-lhes um importante sentimento de identidade. Na história da indústria, da engenharia e da construção, o patrimônio industrial apresenta um valor científico e tecnológico, podendo também apresentar um valor estético, pela qualidade da sua arquitetura, do seu design ou da sua concepção. (Item 2, § 2, p. 3-4) (TICCIH, 2003)

As idéias propostas na Carta de Nizhny Tagil, apresentadas por Bergeron (2002), propõem estudos de arqueologia e patrimônio industrial como fonte de contribuição em que o papel do profissional de arqueologia encontra-se complementado ao daquele desenvolvidos por outras ciências humanas e sociais cuja análise dos pesquisadores permitem a observação de um contexto global de seu objeto de estudo.

A característica da interdisciplinaridade compreende uma variação da percepção do patrimônio arqueológico, sob a perspectiva da arqueologia industrial em que o desenvolvimento de um trabalho, como observado por Froner (2001, p. 220), está *“além das técnicas ou dos profissionais envolvidos; está circunscrito na esfera da percepção, das escolhas, da filosofia de ação e das justificativas relacionadas tanto à validade das pesquisas, quanto à integridade dos resultados ou o uso dos mesmos”*.

Ao se recorrer às técnicas de investigação e à curiosidade investigativa com a finalidade de permitir uma absorção de conhecimentos próprios de geógrafos, arquitetos ou historiadores, além daqueles próprios aos profissionais da conservação e restauração, e de gestores e economistas que utilizam a documentação e os “vestígios materiais” para a restauração/reestruturação de processos que compõem não somente a história das organizações, mas da própria sociedade em que estão inseridas.

REFLEXÕES: PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO

Os campos da conservação e restauração compreendem diferenciados elementos patrimoniais que caracterizam múltiplas possibilidades de valorização e permitem um amplo leque de considerações que enquadram desde aspectos artístico-culturais à instrumentação, à tecnologia e equipamentos industriais. Para Froner (2001) a valorização dos objetos/bens/artefatos se faz a partir de uma dupla percepção que se tem.

[...] um elemento a ser preservado quando lhe é imputado um valor histórico, artístico e cultural. Assim, a noção de objeto permeia duas possibilidades de significados na rede das trocas simbólicas: o valor é dado em função da luz que ele traz ao conhecimento e é inerente à sua condição estética, fazendo com que os parâmetros oscilem entre esses polos. (p. 241)

A partir dessa interpretação, pode-se inferir igualmente em uma necessidade de multidisciplinaridade profissional quando se trata de exemplares do patrimônio industrial: aqueles que são demandados por sua qualificação diretamente relacionada a fatores de desenvolvimento tecnológico e das técnicas aplicadas à funcionalidade; e aqueles tem como áreas de conhecimento aquelas relacionadas à estética cultural e patrimonial, profissionais da museológica, da conservação e da restauração vinculados aos aspectos de sua preservação. Tem-se ainda outros profissionais demandados que se vinculam à revitalização de áreas industriais ou paisagens industriais cuja área de conhecimento se relaciona a aspectos da memória e da história socioeconômica (por exemplo, historiadores, sociólogos), bem

como em elementos da identidade pessoal e social (antropólogos, arqueólogos) a partir dos vínculos entre homem-trabalho e empresa-sociedade.

Deve-se ressaltar, também, que a participação e o envolvimento da sociedade revelam e sintetizam uma grande importância que tem por princípio a formação de conceitos de preservação e conservação de patrimônio que determinam uma inter-relação de identidade e identificação cultural e social de indivíduos e grupos, das organizações e seu entorno. O patrimônio industrial permite a construção de interpretações à memória e história sociais em que se percebe a importância e a relevância da história organizacional e empresarial e suas influências na vida social, cultural, político e econômica.

Uma adequada “síntese organizacional”, pluralista e complexa a partir do ponto de vista que permite uma percepção diferenciada de como se pode descrever e perpetuar histórias organizacionais. Assim, ao se avaliar as diversas formas de expressão do patrimônio industrial deve-se considerar a existência de um grupo de instrumentos que garantam a expansão de sua aplicabilidade – sejam atuações particulares ou coletivas, iniciativas privadas ou estatais – e que permitam vislumbrar a agregação da visão de cultura, memória e história a um patrimônio alicerçado na ciência e na tecnologia. (Bruno, 1997).

O patrimônio cultural possui uma complexidade e multiplicidade de formas de expressão em que devem ser considerados diversos contextos, como por exemplo os objetos industriais incorporados ao patrimônio cultural e histórico, em ambientes urbanos, rurais e complexos naturais. Assim, a discussão quanto à identidade e identificação desses objetos como elementos patrimoniais passa pelas políticas de gestão e reconhecimento do patrimônio. O desenvolvimento de instrumentos e ações de conservação e restauração que abarquem a multiplicidade de formas de expressão do patrimônio propicia sua identificação e determina sua inclusão. Para além dos documentos, cartas e demais instrumentos discutidos no trabalho, tem-se ainda a possibilidades de interpretações de outros instrumentos e documentos que tratam da preservação e conservação do patrimônio cultural os quais podem ser traduzidos e adaptados ao patrimônio cultural industrial.

REFERÊNCIAS

- ARGAN, Giulio *Arquitetura e cultura*. História da Arte como História da Cidade. São Paulo: Martins Fontes, p. 243-250, 1992.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONSERVADORES-RESTAURADORES. *Boletim Eletrônico da ABRACOR*, n. 1, p. 1-2, jun. 2010.
- BERGERON, Louis. El Patrimonio industrial, ¿Qué hacer? In ÁLVAREZ ARECES, Miguel Ángel. (coord.) *Patrimonio industrial: Lugares de la memoria: proyectos de reutilización en industrias culturales, turismo y museos*. 1ª. ed. Gijón: INCUNA, 2002, p.11-16.
- BOITO, Camillo. *Os restauradores*. Coleção Artes & Ofícios. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.
- BOUCHENAKI, Mounir. International conservation organizations. *The GCI Newsletter*, v. 14, n. 1, Spring 1999, s.p. Disponível em: http://www.getty.edu/conservation/publications/newsletters/14_3/feature1_8.html. Acesso em 20 mar. 2015.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia e museus: princípios, problemas e métodos. *Cadernos de Sociomuseologia*, vol. 10, nº 10, 1997.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001.
- CHOAY, Françoise. *O patrimônio em questão: antologia para um combate*. São Paulo: Fino Traço, 2011.
- FRONER, Yacy-Ara. Bens Culturais Móveis. In: *Os domínios da memória: um estudo sobre a construção do pensamento preservacionista nos campi da Museologia, Arqueologia e Ciência da Conservação*. 2001. Tese (Doutorado em História). Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. p. 205-20; 238-50; 283-93.
- HUDSON, Kenneth. *Industrial Archaeology*. London: Methuen; University Paperbacks, 1965.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. Os restauradores e o pensamento de Camillo Boito sobre a Restauração. IN: BOITO, Camillo. *Os restauradores: conferência feita na exposição de Turim em 7 de junho de 1884*. Cotia: Ateliê Editorial, pp. 9-28, 2008.
- MINCHINTON, Walter. World Industrial Archaeology: A Survey. IN: *World Archaeology*, out 1983, vol. 15, nº 2, p. 125-136.
- PALMER, Marilyn; NEAVERSON, Peter. *Industrial archaeology: principles and practice*. Londres: Routledge, 1998.
- RIEGL, Alois. 2006. *O culto moderno dos monumentos e outros ensaios estéticos*. Coleção Arte & Comunicação. Lisboa: Edições 70, 2013.
- RODRIGUES DA SILVA, Ronaldo André. *Cidade, cultura e memória: uma perspectiva sob a óptica da arqueologia e do património industriais*. 2017. Tese (Doutoramento em História) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- SOUZA, Luiz Antônio Cruz; FRONER, Yacy-Ara. *Reconhecimento de materiais que compõem acervos*. (Tópicos em conservação preventiva; 4). Belo Horizonte: LACICOR/EBA/UFMG, 2008.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE.
Charters, 2003. Disponível em: <ticih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>.
Acesso em: 19 jan. 2014.

TORRÓ, Josep. Arqueología, trabajo y capital. Algunas consideraciones a propósito do II Congrès d'Arqueología Industrial do País Valencià. *Revista Sociología del Trabajo*. n. 22, p. 47-62, 1994.

TRINDER, B. *The Blackwell Encyclopaedia of industrial archaeology*. Londres: Blackwell, 1992.